



AVISO N.º 23 /2024

CONTRATAÇÃO EM REGIME DE CONTRATO DE TRABALHO EM FUNÇÕES PÚBLICAS A TERMO RESOLUTIVO CERTO, A TEMPO PARCIAL, DE TÉCNICOS PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR NAS ESCOLAS DO 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes, Vice-Presidente da Câmara de Figueiró dos Vinhos, ao abrigo do despacho de delegação de competências próprias do Presidente da Câmara Municipal n.º 10 de 16/02/2022, especificamente, a prevista na alínea a) do n.º 2 do artigo 35.º do Anexo I da lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, relativa à gestão e direção dos recursos humanos, faz público que, por meu despacho n.º 34/2024, de 31/07/2024, se encontram abertos processos de seleção abaixo mencionados, para contratação a termo resolutivo certo, a tempo parcial, de técnicos especializados para assegurar o desenvolvimento das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1.º CEB, ano letivo 2024/2025, a realizar de acordo com as regras de recrutamento aplicáveis:

- **Referência A:** Dois (2) técnicos para o ensino de Atividade Física e Desportiva;
- **Referência B:** Um (1) técnico para ensino de Inglês;

1 – Os contratos de trabalho regem-se pela Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, com as especificidades previstas no Decreto-Lei n.º 212/2009, de 3 de setembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 169/2015 de 24 de agosto e pela Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto.

2 – Os contratos de trabalho serão celebrados no âmbito do recrutamento excecional com relevante interesse público, para assegurar as competências transferidas da Administração Central para a Administração Local no domínio da educação.

3 – Objeto do contrato: Programa de Atividades de Enriquecimento Curricular do 1.º CEB, caracterizando-se os postos de trabalho pelo exercício de funções de ensino de Atividade Física e Desportiva e Inglês, nos termos da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, na sua atual redação.

4 – Remuneração: Proporcional ao respetivo período normal de trabalho semanal, calculado com base na remuneração mensal equivalente ao índice 126 da carreira docente – Técnicos Especializados (1.276,43€), acrescida dos subsídios e das retribuições previstas e calculados nos termos da lei.

5 - Período normal de trabalho:

- **Referência A** - Atividade Física e Desportiva: **Horário 1** - 5 horas letivas + 3 horas Coadjuvação + 3 horas preparação/avaliação e reuniões = 11 horas/semana; **Horário 2** - 5 horas letivas + 3 horas Coadjuvação + 3 horas preparação/avaliação e reuniões = 11 horas/semana;
- **Referência B** - Atividade Inglês: **Horário 1** - 4 horas letivas + 2 horas preparação/avaliação e reuniões = 6 horas/semana;
Sendo as horas letivas prestadas de segunda-feira a sexta-feira previsivelmente entre as 16h e as 17h.

6 - Local de trabalho:

6.1 Referência A - Atividade Física e Desportiva:

- Horário 1 – o trabalho será prestado, em regra, nas Escolas EB José Malhoa de Figueiró dos Vinhos, EB1 de Almofala de Baixo e EB1 de Arega;
- Horário 2 – o trabalho será prestado, em regra, na Escola EB José Malhoa de Figueiró dos Vinhos;

Referência B - Atividade Inglês:

- Horário 1 – o trabalho será prestado, em regra, nas Escolas EB José Malhoa de Figueiró dos Vinhos, EB1 de Almofala de Baixo e EB1 de Arega;

7 - Duração do contrato – 10 meses, caducando no termo do ano escolar 2024/2025.

8 - Requisitos de admissão:

8.1 - Requisitos gerais de admissão:

- a) Ter nacionalidade portuguesa, quando não dispensada pela constituição, convenção internacional ou Lei especial;
- b) Ter 18 anos de idade completos;
- c) Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício daquelas que se propõe desempenhar;
- d) Possuir a robustez física e perfil psíquico indispensáveis ao exercício de funções;
- e) Ter cumprido a lei da vacinação obrigatória.

8.2 - Requisitos especiais de admissão – Os candidatos deverão possuir formação profissional ou especializada adequada ao desenvolvimento das atividades programadas e ao escalão etário do público-alvo, ou currículo relevante para o efeito, nos termos do n.º 1 do artigo 17.º da Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, na sua atual redação.

9 - Formalização das candidaturas – as candidaturas deverão ser efetuadas mediante o preenchimento do formulário eletrónico na aplicação informática da Direção-Geral da Administração Escolar, www.dgae.mec.pt, cujo acesso poderá ser efetuado através do sítio da Internet do Município de Figueiró dos Vinhos, www.cm-figueiroduosvinhos.pt, nos três dias úteis seguintes à data da divulgação da oferta de trabalho no referido sítio da internet, prevendo-se que ocorra até ao próximo dia 05 de agosto. Deverão ainda os candidatos entregar pessoalmente durante o período normal de expediente, na Secção Recursos Humanos do Município de Figueiró dos Vinhos, na Praça do Município, 3260-408 Figueiró dos Vinhos, durante o prazo de candidatura, ou remetido por correio, em carta registada, para o citado endereço, ou mail recursos.humanos@cm-figueiroduosvinhos.pt considerando-se, neste caso, tempestivamente apresentado se tiver sido expedido até ao termo do prazo fixado, os seguintes documentos, sob pena de exclusão:

- a) Curriculum Vitae detalhado, datado e assinado;
- b) Fotocópia do documento comprovativo da posse das habilitações literárias na área a que se candidatam ou comprovativo das habilitações constantes do Despacho n.º 9265-B/2013, de 12 de julho, do Secretário de Estado do Ensino Básico e Secundário, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 134, de 15 de julho de 2013.
- c) Fotocópia do documento comprovativo das ações de formação frequentadas, se for o caso, com indicação expressa da sua duração e datas;
- d) Documento comprovativo da experiência profissional, relacionada com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função a que se candidata.

10 - Critérios e procedimentos de seleção - No presente recrutamento será aplicado o método de seleção Avaliação Curricular (AC). A Avaliação Curricular visa analisar a qualificação dos candidatos,

designadamente a habilitação académica ou profissional, percurso profissional, relevância da experiência adquirida e da formação realizada e tipo de funções exercidas.

Na Avaliação Curricular (AC) serão considerados e ponderados numa escala de 0 a 20 valores, com valoração até às centésimas, os seguintes parâmetros:

- a) Habilitação Académica (HA) ou nível de qualificação certificado pelas entidades competentes;
- b) Formação Profissional (FP), considerando-se as áreas de formação e aperfeiçoamento profissional relacionadas com as exigências e as competências necessárias ao exercício da função;
- c) Experiência Profissional (EP), com incidência sobre a execução de atividades inerentes ao posto de trabalho e ao grau de complexidade da mesma.

A Classificação final da Avaliação Curricular é calculada através da seguinte fórmula:

- **Referência A, B, C e D:** $AC = (HA \times 40\%) + (FP \times 40\%) + (EP \times 20\%)$

Os parâmetros de avaliação do método de seleção e respetiva ponderação, a grelha classificativa e o sistema de valoração final constarão das atas das reuniões da comissão de seleção, sendo as mesmas facultadas aos candidatos quando solicitadas na Secção Recursos Humanos.

11 - A comissão de seleção será constituída por:

Membros efetivos: Vitor Alexandre Pimentel Duarte, Chefe da Divisão Administrativa e Financeira, que presidirá, Ana Maria Costa Desterro Simões Silva, Adjunta da Direção do Agrupamento de Escolas de Figueiró dos Vinhos, que substituirá o presidente nas suas faltas e impedimentos e Marina Paula Ferreira Lucas Prior, Técnica Superior (Artes Plásticas) do Município de Figueiró dos Vinhos.

Membros Suplentes: Regina Maria dos Carmo Firmino, Técnica Superior (Ensino Básico) do Município de Figueiró dos Vinhos e Cláudio Pedro de Oliveira Lopes, Técnico Superior (Educação Social) do Município de Figueiró dos Vinhos.

12 - Quota de emprego – Nos termos do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto – Lei n.º 29/2001, de 3 de fevereiro, aplicável por força do artigo 9.º do mesmo diploma, os candidatos com deficiência têm preferência em igualdade de classificação, a qual prevalece sobre qualquer outra preferência.

13 - Legislação aplicável - Portaria n.º 644-A/2015, de 24 de agosto, Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho e Decreto-Lei n.º 212/2009, de 03 de setembro, alterada e republicada pelo Decreto – Lei n.º 169/2015, de 24 de agosto.

Figueiró dos Vinhos, 02 de agosto de 2024.

A VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



(Marta Inês Dinis Brás Cardoso Fernandes)